



## **ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-SP**

**Pregão eletrônico nº 01/2024**

**AQUA MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 28.695.298/0001-10, com sede na Quadra 305 sul, plano diretor sul, Palmas-To, através de seu representante legal, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, interpor.

### **RECURSO ADMINISTRATIVO**

Contra a decisão que habilitou no Pregão em epígrafe a licitante, Evolve Serviços Ltda, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº 26.699.784/0001-81 nos termos das razões adiante expostas.

Assim, requer-se a *reconsideração* da decisão recorrida ou o encaminhamento do presente recurso para a Autoridade Superior, através do i. Pregoeiro, nos termos da Lei n. 14.133/21, a quem caberá dar-lhe **provimento**.

Termos em que pede deferimento.

## SÍNTESE FÁTICA

Trata-se de licitação promovida pelo conselho regional de enfermagem do estado de São Paulo por intermédio do Pregoeiro e equipe de apoio, na modalidade de Pregão Eletrônico n. 001/2024, visando a contratação de empresa de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (“SESMT”), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Em 04 de março de 2024 foi realizada a sessão para o registro do resultado da fase de habilitação decorrente do certame em comento, tendo a Evolve Serviços Ltda, sido considerada habilitada, na mesma ocasião, mesmo não tendo cumprido com os critérios estipulados no instrumento editalício.

Com a devida vênia, a análise promovida pelo pregoeiro merece ser revista, tendo em vista o descumprimento dos seguintes Itens pela empresa declarada vencedora:

- a) não apresentou balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- b) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso de trate de sociedade simples.

---

<sup>1</sup> § 2º O recurso de que trata o inciso I do **caput** deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



Evidente que, conforme se observará a seguir, tal proceder confronta com os princípios norteadores da licitação, definidos no art. 69 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, aplicada subsidiariamente ao presente certame, e com farto e sólido.

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:  
I - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

Com base no princípio da vinculação ao edital, a Administração Pública deve respeitar as regras previamente estabelecidas no instrumento que convoca e rege a licitação, como medida de garantia e de segurança jurídica a ela e aos licitantes.

Nesse sentido, passa-se a discorrer.

## **DOS FUNDAMENTOS**

-

Da necessária inabilitação da licitante declarada vencedora pelo não preenchimento dos requisitos para habilitação referentes à qualificação econômico-financeira.

**Atenciosamente:**

**Ayulene Bogea Lopes**  
**Engenheira/Proprietária**